

REVISÃO E APORTES SOBRE A GEOGRAFIA DO ENVELHECIMENTO

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha¹

RESUMO

As contribuições da ciência geográfica para o estudo do envelhecimento não são recentes, entretanto a maioria dos trabalhos que contemplam o tema está restrita a um conjunto de análises voltadas à compreensão da dinâmica da população e à caracterização da velhice como uma etapa da vida cristalizada na forma de pirâmides etárias. Algumas frentes de pesquisa identificam estudos sobre o movimento populacional e o envelhecimento, notadamente os estudos sobre migrações. Neste contexto, apresenta-se a geografia anglo-saxônica como a matriz histórica dos trabalhos realizados à luz da geografia do envelhecimento, tendo a Europa como berço das reflexões, mas indicando também os Estados Unidos e a Austrália como lugares de aportes fundamentais para esta discussão. Além de resgatar as origens destes estudos, o artigo em tela tem por objetivo indicar uma atualização necessária para a abordagem da velhice e do envelhecimento no contexto geográfico, ajudando a entender a potencialidade dos estudos da geografia do envelhecimento. Como resultado destas reflexões, indica-se um diálogo entre a geografia e a gerontologia social a fim de entender as necessidades reais dos velhos em função do processo de produção e reprodução do espaço. A vida cotidiana se apresenta como uma frente rica de observações, pesquisas e reflexões sobre o sentido da compreensão geográfica do envelhecimento.

Palavras-chave: Geografia do Envelhecimento, Velhice, Envelhecimento, Gerontologia Social.

REVISIÓN Y APORTES SOBRE LA GEOGRAFÍA DEL ENVEJECIMIENTO

RESUMEN

Las contribuciones de la ciencia geográfica en los estudios sobre el envejecimiento no son recientes, sin embargo, la mayoría de los trabajos que contemplan la temática del envejecimiento está direccionada a un conjunto de análisis que tiene como preocupación central el entendimiento de la dinámica de la población y la caracterización de la vejez como una etapa de la vida cristalizada en las expresiones de las pirámides etarias. Algunas investigaciones aportan estudios sobre el movimiento poblacional y sobre el envejecimiento, particularmente los estudios sobre las migraciones. En este contexto se presenta la geografía anglosajona como la matriz histórica de los trabajos realizados a la luz de la geografía del envejecimiento, teniendo a Europa como el centro de las reflexiones, pero también indicando a Estados Unidos y Australia como lugares que aportaran elementos fundamentales para esta discusión. Además de rescatar los orígenes de estos estudios este artículo tiene como objetivo indicar una actualización necesaria hacia los abordajes de la vejez y del envejecimiento en el contexto geográfico, ayudando a entender la potencialidad de los estudios de la geografía del envejecimiento. Como resultado de esta reflexión, se apunta hacia un diálogo entre la geografía y la gerontología social con lo cual es posible descubrir las necesidades reales de los adultos mayores en función de proceso de producción y reproducción del espacio. La vida cotidiana se presenta como una categoría rica en observaciones, investigaciones y reflexiones acerca del sentido del entendimiento geográfico del envejecimiento.

Palabras clave: Geografía del Envejecimiento, Vejez, Envejecimiento, Gerontología Social.

REVIEW AND THEORETICAL CONTRIBUTION ON THE GEOGRAPHY OF AGING

ABSTRACT

The contributions of geographical science to the study of aging process are not recent, however, most of the researches that contemplate this subject are restricted to a set of analyzes focused on understanding the dynamics of the population and characterization of aging as a stage of life crystallized in the form of age pyramids. Some

¹ Professor Adjunto do Colegiado de Geografia da UNIVASF, líder do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre a Produção Social do Espaço – GEPPSE. e-mails: pedro.nobrega@univasf.edu.br; nobregap84@gmail.com

research fronts identify studies on population movement and aging, notably migration studies. In this context, anglo-saxon geography is presented as historical matrix of the research carried out under the lights of geography of aging, considering Europe as the cradle of reflections, but also indicating the United States and Australia as places of fundamental contributions to this discussion. In addition to rescuing the origins of these studies, the article aims to indicate a necessary update for the approach of old age and aging process in the geographical context, helping to understand the potential of the studies of geography of aging. As a result of these reflections, a dialogue between the geography and the social gerontology is indicated in order to understand the real needs of the elderly population in function of the process of space production and reproduction. Daily life presents itself as a rich source of observations, researches and reflections on the sense of geographic understanding of aging.

Keywords: Geography of Aging, Old Age, Aging, Social Gerontology.

1. Introdução

O artigo em questão longe de propor a abertura de um novo campo de estudos para a Geografia, como poderia parecer ao primeiro lance de olhar sobre o tema central que o sustenta, Geografia do Envelhecimento, tem como objetivo revelar certa tradição dos estudos geográficos que foi pouco explorada ao longo dos vários séculos desta ciência e que precisa ser revisitada com certa urgência, principalmente pela geografia brasileira. O que se propõe é auxiliar na revisão e nos aportes sobre a Geografia do Envelhecimento, resgatando seus fundamentos e buscando entender as possíveis conexões da temática com a Geografia moderna.

O envelhecimento, enquanto tema para o debate, aparece como uma emergência do pensamento contemporâneo, apresentado por meios contraditórios, fruto do mundo moderno, que possibilita aos seres humanos uma maior sobrevivência ao tempo sob a prerrogativa de melhores condições globais de saúde, o que, entretanto, não garante melhores condições sociais de vida na velhice, principalmente em países de economia periférica. Faz-se urgente aprofundar as reflexões sobre o envelhecimento e sua condição geográfica a fim de superar os limites teóricos e práticos associados ao pensamento e ao conjunto das ações relacionadas à velhice.

Diferente do envelhecimento humano ocorrido em países europeus ou orientais, o envelhecimento em países latino-americanos, africanos ou da parcela pobre da Ásia não segue caminhos muito diferentes, sendo, em alguns casos, impossíveis de ser comparados. O que impõe o desafio de ampliar as reflexões, não é mais possível concordar completamente com Pérez & García quando afirmavam:

Tres décadas atrás se extendió el miedo a una pandemia de enfermedades seniles, e incluso la OMS promovió la estrategia de dotar a la vejez de una mejor salud. Existen indicios de que la mala salud se comprime en el final de la vida en vez de extenderse en

el tiempo ganado a la muerte, es decir, que se vive más porque se vive mejor (PÉREZ & GARCÍA, 2010, p. 47-48).

O estudo do envelhecimento e as relações estabelecidas a partir desta condição de vida faz com que, especialmente em países como o Brasil, a realidade necessite ser pensada ajustando alguns focos, escalas e níveis de análise. A vida dos velhos emerge como uma questão que merece sair da marginalidade do pensamento social, portanto, as análises realizadas sobre esta etapa da vida necessitam se adequar aos fenômenos que brotam do mundo real-concreto.

Entre los muchos retos a los que se enfrenta la geografía está sobre todo la necesidad de demostrar su utilidad práctica, es decir, que el geógrafo y su trabajo obtengan el merecido y necesario reconocimiento social y científico, vital para el presente y futuro de esta ciencia. Tanto desde un planteamiento pragmático como desde la formulación de nuevas interpretaciones de la realidad social y territorial, el proceso de envejecimiento [...] y la situación de las personas mayores es uno de los temas en los que se manifiesta la utilidad social de la geografía (GONZÁLEZ, 2005, p. 98).

Os elementos que constituem a essência da velhice e do processo de envelhecimento na modernidade se apresentam como urgências (social, econômica, política e também geográfica). Não há porque não assumir a centralidade desta questão, o debate sobre o envelhecimento e a velhice precisam sair da clandestinidade dos números e dialogar com um universo mais amplo que o demográfico; é urgente tratar dos dramas da vida na velhice, por isso, faz-se fundamental entender qual o sentido da produção(reprodução) humana nesta etapa da vida sem negar que a experiência de viver abarca harmonias, contradições, sincronias, diacrônicas em movimentos positivos e outros que refletem negatividades, por isso, a velhice não é uma ruptura, não é uma condição nova, ela faz parte da totalidade da vida.

Não podemos particionar ou fracionar os humanos com base na sua experiência de sobrevivência ao tempo, não faz nenhum sentido! O que a humanidade faz é entender que este individuo total assume com o tempo, desde o momento do nascimento até a inevitabilidade da morte, uma relação que exhibe necessidades específicas, mas que não nega o homem como totalidade.

O mundo moderno denota uma particularidade para as vidas que resistem à ação do tempo, ele revela a necessidade de entender a diferença entre a condição antropológica e condição sociológica da velhice. Ambas as condições se alimentam e se materializam no que, a partir da geografia do envelhecimento, poderíamos chamar de uma condição geográfica da velhice e do envelhecimento, uma vez que a vida não se realiza em outro lugar que não no espaço real-concreto.

Para introduzir a importância da geografia do envelhecimento para os estudos contemporâneos tentarei, sucintamente, explorar, na esperança apenas de ser didático, três momentos diferentes da realização de estudos sobre o envelhecimento que se articulam harmônica e contraditoriamente no discurso oficial geográfico com o intuito de exibir os avanços possíveis realizados, as impossibilidades de perspectivas e análise e os caminhos explorados, abertos e/ou não visitados. Ao conjunto destes elementos evoco o movimento “por uma geografia do envelhecimento” que contém as três construções indicadas acima e nomeadas a continuidade. *i)* de onde surgiram as reflexões geográficas sobre o envelhecimento?; *ii)* como foram desenvolvidas as pesquisas sobre o envelhecimento na geografia?; e, *iii)* quais os caminhos que se apresentam como o futuro da análise geográfica do envelhecimento?

2. De onde surgiram as reflexões geográficas sobre o envelhecimento?

Partindo dos dias atuais até o início do século XX, o interesse relacionado ao estudo do envelhecimento na geografia se vincula, particularmente, a uma análise vertical da dinâmica populacional que no máximo, mais contemporaneamente, aproxima-se a estudos de análise regional aplicada e em alguns casos tentam refletir sobre as dinâmicas sociais.

Os primeiros estudos relacionados à geografia do envelhecimento aparecem no início do século XX, o que geralmente é identificado como o período de constituição da geografia social. Os principais temas trabalhados pela geografia social estavam relacionados aos estudos regionais e culturalistas realizados pela geografia humana clássica, trazendo à luz do conhecimento geográfico questões relacionadas à distribuição e à localização, no espaço, dos fenômenos sociais, tendo como grande referência a sociedade como ponto de partida da organização espacial.

Este é o universo geral que abriga a gênese dos estudos geográficos do envelhecimento. Jiménez (1991) e González (2005) concordam em localizar os primeiros trabalhos realizados através de uma geografia do envelhecimento entre os anglo-saxões.

Seguindo os rastros deixados por Jiménez é possível identificar uma das primeiras contribuições à geografia do envelhecimento realizada em meados de 1907, esta obra teve como objetivo central estudar o fenômeno social do envelhecimento a partir da distribuição das pessoas com mais de 60 anos no espaço, o estudo fazia parte do trabalho de G. W. Hoge, intitulado de “*The study of Social Geography*” e publicado pelo Geographical Journal. A

segunda importante análise sobre a geografia do envelhecimento é realizada pelo demógrafo Henry Sheldon em 1958, 51 anos depois do primeiro registro, este pesquisador dedica um capítulo ao estudo “*the distribution of the aged*”.

De acordo com González (2005), os textos produzidos pelo alemão Hans Bobek, por volta da terceira década do século XX, têm o mérito de considerar os grupos sociais como estruturas sócio-geográficas fundamentais na construção das cidades e do urbano, a partir desta perspectiva era inevitável considerar o grupo dos velhos como um dos grupos responsáveis por particularidades no processo de construção das relações sócio-espaciais.

Apesar do esforço inovador, pensando nos estudos geográficos realizados até o momento, todos estes trabalhos não apresentam uma profundidade analítica sobre o envelhecimento, eles são importantes porque aproximam através de um panorama geral os estudos sobre o envelhecimento à análise geográfica, mas ainda se configuram como uma espécie de variável demográfica presente nos estudos de geografia social, geografia humana e geografia da população.

En la primera mitad del siglo XX observamos que en las investigaciones geográficas son escasas las referencias y alusiones al tema del envejecimiento, que aparece más como una variable demográfica de los estudios de la emigración rural hacia las ciudades. Durante las primeras décadas de ese siglo, se produce la evolución de la geografía humana que permitirá luego acercamientos a otras ciencias sociales como la sociología y la ecología humana, donde destaca la escuela de Chicago. Esta aproximación a otras disciplinas sociales va a permitir el desarrollo de las investigaciones geográficas sobre determinados fenómenos sociales como el envejecimiento y la situación de las personas ancianas (GONZÁLEZ, 2005, p. 100).

A partir dos anos de 1950, principalmente em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, começam a ser produzidas pesquisas e reflexões sobre o processo de migração e os sentidos do movimento populacional, movidos pelo interesse de desvendar os sentidos da relação rural-urbano/campo-cidade, o que faz emergir o envelhecimento da população como um tema importante, ainda que participando como componente relacionado a um estudo mais amplo.

Na década de 1960, nos Estados Unidos, os estudos sobre a migração, distribuição e localização da população de velhos assumem uma grande importância na produção geográfica, fazendo com que muitos pesquisadores tenham este tema como área de concentração de suas pesquisas. O motor que proporciona a explosão de trabalhos nesta área é a realização e ampla divulgação do censo, como reflexo do interesse crescente por entender a estrutura da população estadunidense, o que acarretar na publicação do primeiro estudo detalhado sobre a distribuição do envelhecimento da população: “*Older Americans in the US by countries*”, sem

dúvidas este é um marco muito importante para que a geografia amplie o seu lugar na construção de análises sobre o envelhecimento.

Os estudos realizados pelos pesquisadores estadunidenses têm um sentido prático muito claro em relação à aplicabilidade da pesquisa ao contexto social, esta preocupação se dá com base no elevado índice de envelhecimento, o que acabou fazendo com que a geografia se tornasse um campo bastante ativo e propositivo, disso resultou um destaque relativo aos estudos sobre o envelhecimento.

A década de 1960 também marca na Austrália o surgimento de trabalhos sobre o envelhecimento, sendo o mais conhecido deles realizado por Newcombe em um estudo chamado “*Graphic representation of age and sex distribution of population in the city*”, dando ênfase à representação gráfica da distribuição da população na cidade a partir da idade e do sexo. Data também deste período os estudos sobre as características sociais e geográficas das grandes regiões e áreas ocupadas, em uma espécie de geografia regional. Os estudos regionais sobre perspectivas do envelhecimento são fortemente desenvolvidos na Alemanha. Entre os mais significativos encontramos os trabalhos de W. Hartke, “*Gedanken über die Bestimmung von Räumen gleichen sozialgeographischen Verhaltens*”, e F. Schaffer, “*Untersuchungen zur sozialgeographischen Situation und regionale Mobilität in neuen Grosswohngebieten*”. Mesmo configurando uma ampliação nas abordagens e perspectivas geográficas, o envelhecimento era percebido como mais um elemento inserido nos quadros da particularidade regional. Além disto, o tema do envelhecimento aparecerá nestas análises como reflexo do estudo sobre as condições de moradia, desemprego, renda, condição de pobreza, etc.

É possível perceber uma vertente estruturalista na definição dos estudos geográficos que compreendiam o tema do envelhecimento, pautando as reflexões a partir dos conflitos entre as características culturais e funcionais que fundamentam a dinâmica regional em questão, logo a essência dos estudos não estava na questão do envelhecimento, senão na velhice como uma condição presente, uma das características da população localizada nas regiões.

Sob os cuidados de uma geografia regional com raízes lablachiana foram realizados alguns estudos na França, ainda na metade do século XX, entre eles destacamos os realizados por Rocherfort, que assumia como questão central a perspectiva de que o envelhecimento é um tema de responsabilidade coletiva e social. Os estudos franceses, de uma maneira geral, tentaram analisar a população como a reunião do todo, por isso, a realidade era analisada a

partir dos fragmentos que compunham a totalidade, mas estes fragmentos eram estudados de maneira separada, apostando que a simples junção das partes revelaria o todo, o que diminuía a capacidade explicativa dos fenômenos. No entanto as críticas relacionadas à junção destes fragmentos e à análise isolada destas partes fez emergir uma aproximação das análises da geografia social ao pensamento marxista, o que espraia como consequência nos estudos sobre o envelhecimento.

Além de Rochefort, González (2005) identifica Chauvire como uma das referências fundamentais nas análises do gênero de vida dos velhos, seriam os velhos elementos fundamentais para entender os problemas sociais, as fragilidades e as necessidades mais urgentes da sociedade, uma vez que as necessidades destes indivíduos aparecem como questão de ordem prática e material do mundo e dos temas sociais.

A geografia espanhola também figura entre as escolas geográficas que ao longo do século XX realizaram trabalhos, reflexões e propostas de ação relacionadas ao envelhecimento. A contribuição espanhola se deu a partir da análise exaustiva dos dados estatísticos oriundos das atividades censitárias, estas análises foram, na maioria das vezes, estabelecidas em parceria com pesquisadores das áreas de geografia e demografia.

El envejecimiento aparece aquí [na Espanha] como una consecuencia del crecimiento diferencial de determinados lugares y es asociado con la migración y despoblamiento de las zonas rurales, con el envejecimiento del interior de las ciudades, o con los cambios en la población activa española. Sin embargo, sigue sin existir una preocupación geográfica por las cuestiones sociogeográficas de la población española (GONZÁLEZ, 2005, p. 105).

Parece-me importante destacar que no Brasil não há um abandono das questões do envelhecimento, apenas não há o registro de atividades que estejam relacionadas à geografia do envelhecimento. É importante deixar claro que muitos são os trabalhos realizados por demógrafos e por profissionais de medicina em relação às condições de saúde da pessoa idade. Destaca-se, contudo, que os velhos, até recentemente, não foram analisados como centralidade nos estudos sociais brasileiros. Entretanto, em função das análises censitárias, desde a criação do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os geógrafos trabalham com a dinâmica populacional, analisando e descrevendo as condições sociais da população. Desde a década de 1940 há estudos realizados pelo IBGE sobre a dinâmica populacional, e o que mais aparece, como destaque, nestes trabalhos são os temas relacionados à migração campo-cidade, à análise da fecundidade e à explosão demográfica ao qual o país passava. Por isso, não raro, tratávamos o Brasil como um país de jovens, com um grande futuro produtivo, como consequência os estudos sobre o processo de envelhecimento e

sobre a velhice não assumiam protagonismo temático.

Ao escrutinar o banco de dados da Revista Brasileira de Estudos Populacionais, que publica os resultados de algumas das principais pesquisas sobre a população brasileira, desde o início da década de 1980, foram encontrados apenas quatro textos que tratam do tema do envelhecimento, sendo todos estes publicados depois da segunda metade da década de 1990, reforçando a falta de tradição geográfica sobre o tema.

Em se tratando estritamente do termo “geografia do envelhecimento” até o momento presente não foi encontrado nenhum registro de estudo brasileiro que assuma claramente este recorte temático, há obviamente, escritos, teses, dissertações que tomam o tema da velhice e do envelhecimento como elementos centrais, mas não há uma definição de que estes estudos sejam feitos amparados em uma geografia do envelhecimento, compondo, pois, fragmentos temáticos.

3. Como foram desenvolvidas as pesquisas sobre o envelhecimento na geografia?

Desde o início do século XX até os dias atuais, não muitos registros de estudos que se proponham discutir as condições da reprodução da vida cotidiana dos velhos com base nas ferramentas da geografia humana contemporânea e/ou geografia social, o que existe, em geral, são estudos que tentam entender o processo de envelhecimento a partir de perspectivas processuais e demográficas, o que dificilmente é feito relacionando os velhos ao meio que estão imediatamente vinculados.

Hasta fechas recientes no se ha producido en la geografía una verdadera preocupación por los temas relativos a la situación de las personas ancianas y sus relaciones (económicas, sanitarias, familiares, personales, sociales, políticas, psicológicas, etc.) con el medio (GONZÁLEZ, 2005, p. 99).

Em função da vinculação clássica dos estudos sobre os velhos a uma parte ou subdivisão dos estudos da população, a geografia tem tratado do tema do envelhecimento como reflexo direto e imediato do processo de envelhecimento demográfico, o que faz surgir alguns questionamentos.

Será que a condição de velhice e o processo de envelhecimento das pessoas têm que ser postos em análise, na geografia, apenas sob a ótica do movimento populacional? Será que estão os velhos obrigados a ser entendidos sempre como um grupo (de forma homogênea) e não como indivíduos, sujeitos sociais? Até que ponto as reflexões geográficas sobre a diversidade e a pluralidade dos indivíduos que compõem as camadas da população têm que se

vincular à quantidade e à representatividade do número dos mesmos, tomados como reflexo de um grupo ou de um bloco homogeneizado de forma artificial?

Partimos da compreensão de que os estudos jamais têm que se pautar apenas na condição de prevalência de um fenômeno, o fato de existir enquanto realidade social já expressa a necessidade de se estabelecer reflexões sobre o tema. Esta talvez seja uma das questões laterais que mais influenciam na construção de justificativas sobre a ausência de estudos geográficos sobre o envelhecimento. Apesar da pirâmide populacional brasileira indicar que a questão da velhice e do envelhecimento estão passando por um processo de significação de importância na contemporaneidade, aparentemente a velhice não é tratada como um tema central, preocupações de outras ordens compõem a agenda de pesquisas geográficas.

Com a ajuda da sistematização feita nos bancos de dados e a compilação do trabalho apresentados por González (2005), é possível destacar que notadamente nos anos de 1960 foi percebida uma contribuição mais sólida associada à geografia do envelhecimento. A partir dos anos 1970, com as primeiras reflexões estimuladas pela contagem populacional, a geografia do envelhecimento ganha uma projeção ainda maior nos países considerados desenvolvidos, principalmente porque os censos demográficos já apontavam para uma mudança nas taxas de longevidade, associadas ao lento crescimento populacional e em função das baixas taxas de natalidade e fecundidade.

El avance del envejecimiento demográfico ha suscitado la preocupación de gobiernos, como los Estados Unidos, Reino Unido, o España, y de organismos internacionales como la ONU y la UE, ante el aumento de los pensionistas y la creciente demanda de servicios sociales. Este creciente interés gubernamental ha favorecido el desarrollo de las investigaciones geográficas del envejecimiento, no sólo desde el punto de vista demográfico sino también desde el punto de vista de los aspectos socioespaciales del fenómeno (GONZÁLEZ, 2005, p. 106).

A partir da década de 1980 as questões relacionadas à geografia do envelhecimento são construídas de forma mais clara, principalmente entre os geógrafos europeus que ajudaram a perfilar o escopo de atuação da geografia no âmbito do envelhecimento. É só a partir desta década que a geografia e a gerontologia começam a dialogar com mais proximidade, fazendo com que o perfil do trabalho geográfico realizado tivesse outra orientação paradigmática.

A centralidade dos números é relativizada e emerge a possibilidade de se estudar os contextos em que os velhos estão inseridos. Tanto para a geografia, como para a área da saúde, o paradigma não está vinculado apenas ao entendimento de modelos e fórmulas, mas contém as reflexões acerca da realidade em que os velhos estão inseridos, o que vai abrir a

possibilidade de estudos relacionados a gerontologia ambiental, de um lado, e de outro, torna-se possível a emergência da geografia do envelhecimento, de fato.

Ao sistematizar as contribuições da geografia do envelhecimento e se debruçar sobre o acumulado da produção, González (2005), consegue revelar um panorama em que a construção de linhas de pesquisa e frentes de desenvolvimento do trabalho de reflexão geográfica apontam para a condensação de unidades analíticas capazes de revelar o propósito da geografia do envelhecimento. A atividade de condensação de linhas gerais e princípios esquemáticos é um esforço didático de organização de conteúdo, o que não quer dizer que tudo esteja linearmente ordenado.

O campo de atuação da geografia do envelhecimento, originalmente, orientou-se através de três grandes linhas de atuação: as mudanças nas relações com o meio físico e social; a distribuição geográfica do envelhecimento; e a localização de recursos e desenvolvimento dos serviços sociais, sanitários e assistenciais necessários a este grupo populacional. Derivadas destas três linhas originais e acompanhando a evolução das reflexões elaboradas no âmbito da gerontologia é possível precisar que as pesquisas geográficas tinham que dar conta de outras três grandes dimensões, que, de uma forma geral, ampliaram as três linhas anteriores: os estudos da evolução demográfica do envelhecimento e suas implicações globais a longo prazo; as dimensões geográficas ou espaciais em relação à vida dos velhos; e a mudança temporal nas interações entre o meio geográfico e os velhos.

As pesquisas em geografia do envelhecimento, ainda que organizadas a partir destas três definições, apresentam temas e abordagens muito mais amplos. Sendo assim, as conexões, derivações, recortes e aplicabilidades assumem tantas perspectivas quantas possibilidades existam de problematizações.

O exercício de análise metodológica nos anima a apresentar dois grandes blocos temáticos: 3.1 Os estudos geográficos do envelhecimento demográfico e 3.2 Os estudos geográficos das condições dos velhos e sua relação com o meio (González, 2005).

O primeiro bloco faz referência ao maior conjunto de trabalhos produzidos através da geografia do envelhecimento, ele tem uma forte conexão com o método positivista e da conta de estudar a evolução e o comportamento diferencial do fenômeno do envelhecimento nos diferentes lugares, que correspondem aos estudos da distribuição e localização geográfica do envelhecimento da população.

O segundo bloco está relacionado aos estudos que entendem a relação entre as características espaciais e a vida dos velhos, buscando estabelecer reflexões sobre o

comportamento espacial das pessoas e dos grupos sociais, entendendo os elementos relacionados à reprodução da vida e à produção do espaço em suas dimensões social, política e econômica.

É importante destacar que enquanto o primeiro bloco temático tem como noção geral a ideia de população, o segundo bloco, ao qual consideramos a necessidade de estabelecer trabalhos cada vez mais densos e ao qual nos filiamos, supera a noção de população, por considera-la vazia de sentido, pois corresponde a um conceito genérico, a-histórico e a-espacial.

Este é o momento de ruptura definitiva com uma tradição da geografia clássica, reaquecida pela geografia neopositivista e que insiste em se concentrar na forma em detrimento ao conteúdo, que insiste nas redes superficiais e esquece o movimento dialético, que supera uma visão dicotômica e se apresenta como possibilidade de ler e entender o mundo a partir da sua dimensão positiva, mas também negativa. Esse é o lugar teórico que ajuda a revelar uma geografia do envelhecimento do tempo presente e tenta propor questões para o futuro, sem desconstruir as vinculações históricas.

A geografia do envelhecimento sob esta mediação se apresenta como a geografia que pretende estudar e entender a produção do homem em sua totalidade, mas que foca o olhar sob uma parte desse todo, não desconsidera a totalidade da sociedade, mas entende as sutilezas antropológicas e sociológicas da reprodução da vida, que é uma realização geográfica, porque espacial e em constante processo de reelaboração.

3.1 Os estudos geográficos do envelhecimento demográfico

A geografia latino-americana entra muito tardiamente nos estudos da geografia do envelhecimento. Sem embargo, para ser fiel ao trabalho científico sobre o envelhecimento e a geografia, é fundamental destacar os esforços de uma parcela da escola mexicana para estudar a geografia do envelhecimento, notadamente os trabalhos desenvolvidos pelo professor Diego Sánchez González, vinculado à Universidad Autónoma de Nuevo León e as pesquisas da professora María Inés Ortiz Álvarez, vinculada à Universidad Nacional Autónoma de México. Ambos são precursores dos estudos sistematizados da geografia do envelhecimento, apoiando grupos de pesquisa e estudos sobre o tema.

No Brasil não há uma tradição em estudar o envelhecimento sob a perspectiva geográfica, apenas os aspectos da velhice são estudados pelos demógrafos e outros

profissionais interessados na temática.

A leitura dos dados analisados por Dias Junior (2006) faz refletir sobre a condição lateral que o tema do envelhecimento toma no ambiente acadêmico e de pesquisa brasileiro. Existem contribuições que cotejam com a geografia e com o estudo do envelhecimento populacional. Os estudos mais difundidos sobre o envelhecimento concentram-se em temas relacionados à migração e à mortalidade, em alguns trabalhos a queda da fecundidade assume certa centralidade analítica, é o que mostra as análises realizadas a partir dos estudos publicados ao longo dos quase 30 anos de existência da Revista Brasileira de Estudos da População.

Em relação ao envelhecimento, nos poucos artigos que contemplam o tema, as principais categorias ou temas centrais correspondem a estudos sobre família, dinâmica demográfica, renda e saúde. Dentro destas grandes temáticas apareceram descritores específicos a fim de revelar os conteúdos trabalhados e entre os descritores todos se referiam a elementos demográficos e não davam pistas de problematizações com a questão do meio como elemento fundamental à reprodução da vida dos velhos.

De acordo com Prado & Sayd (2004, p. 58), a produção científica da pós-graduação em nível de mestrado e/ou doutorado relacionada ao tema do envelhecimento humano no Brasil só começa a figurar nas bases de pesquisa e nos registros de produção a partir da década de 1970. Da década de 1970 até o presente, 7% da produção sobre o tema foi realizada na segunda metade da década, “uma terça parte se situa nos anos 80; os mais de 60% restantes foram finalizados entre 1990 e 1998”, o que reforça o fato de que, quer seja pelo tema do envelhecimento da população, quer seja pelo envelhecimento humano, o tema do envelhecimento só figura na agenda de pesquisa brasileira no final do século XX e se concentra apenas no século XXI, apresentando-se como uma questão que precisa ser melhor estudada e construída quase que em todas as áreas do conhecimento. Se fizermos uma inferência, podemos chamar essa etapa como “o descobrimento da velhice”. A presença relativa do tema do envelhecimento humano nas áreas das humanidades reforça o hiato que a temática apresenta nestes campos disciplinares, o que corrobora com as baixíssimas publicações relacionadas também ao envelhecimento da população.

A velhice e o envelhecimento são trabalhados como uma condição de saúde e médica, o que reforça a necessidade de as ciências humanas assumirem a necessidade de estudar e discutir mais e melhor o processo de envelhecimento e a vida dos velhos. A ausência da gerontologia como área de pesquisa ou do conhecimento e a inexistência de grupos que

estudem o envelhecimento vinculados a ela, faz com que outra vez o tema da geografia do envelhecimento não se realize na construção da ciência brasileira.

Em âmbito geral, sobre a pesquisa institucionalizada no Brasil, é possível perceber, em relação aos grupos que se dedicam especificamente ao estudo do envelhecimento humano, que:

(...) correspondem a 30% do universo da investigação. O olhar das ciências da saúde e das ciências biológicas é aqui muito mais intenso, materializado, principalmente, por meio da saúde coletiva, da medicina, da enfermagem e da odontologia. São grupos criados há bem pouco tempo, particularmente, a partir de 1995. É pequeno o número de grupos vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu, mesmo porque estes também se apresentam em número reduzido (PRADO & SAYD, 2004, p. 67).

Essa contabilização da atividade de pesquisa sobre o envelhecimento humano, mostra a fragilidade da pesquisa brasileira quanto esse tema. Nem mesmo o envelhecimento demográfico aparece como um tema de projeção no Brasil. O que ajuda em reforçar a noção de que a geografia do envelhecimento no Brasil não se configura como atividade de nenhum grupo de pesquisa identificado.

Como proposta, apoiado nas discussões apresentadas por González (2005), identificamos duas frentes de trabalho que podem ajudar na sistematização de futuros trabalhos que venham a ser realizados pela geografia brasileira: Os estudos da distribuição e localização geográfica do envelhecimento e; Estudos da migração da população envelhecida.

3.1.1 Os estudos da distribuição e localização geográfica do envelhecimento

Estes estudos têm sido construídos com base na análise de dados censitários e vinculados, em sua maioria, às agências de governo. Cabe ressaltar que, apesar de não figurar como estudos realizados como proposta da geografia do envelhecimento, no Brasil o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – tem contribuído largamente com a formação de um discurso sobre o envelhecimento e a velhice elaborando uma agenda de pesquisa e reflexão a partir dos dados censitários. Há uma lacuna que tenta ser minimizada, ainda falta profissionais da geografia interessados em dedicar seu tempo de estudos para clarear pontos desta questão.

Com viés semelhante aos das pesquisas desenvolvidas pelo IPEA, na Espanha, o geógrafo Antônio Abellán García, realiza pesquisas que são consideradas um marco da geografia do envelhecimento espanhola, seus trabalhos têm contribuído, principalmente, com a espacialização dos dados censitários, localizando a moradia, as condições de vida e a relação

destes dois elementos com a vulnerabilidade social.

É importante registrar o papel dos organismos internacionais na construção de uma agenda sobre o envelhecimento: a União Europeia, a Organização das Nações Unidas e a Organização Internacional do Trabalho, Organização Mundial da Saúde, entre outras, assumem uma forte preocupação com a dinâmica da população, o que revela interesse com as questões do envelhecimento populacional.

Os estudos sobre a distribuição e localização do envelhecimento e a abertura da questão para os países periféricos faz surgir questões relacionadas à capacidade destes países de oferecer condições básicas de vida aos seus velhos, principalmente porque a velocidade do processo de envelhecimento é muito superior à capacidade de resposta do poder público. Frente a isso, concordo com González (2005) quando ele questiona: Qual deveria ser o papel das famílias e dos governos em relação à atenção e aos cuidados para com os velhos dependentes?

Outra questão de grande destaque nos estudos sobre a localização e distribuição do envelhecimento é a temática da segunda transição demográfica. Esta segunda transição é marcadamente estudada na região sudoeste da Europa e vem acontecendo a aproximadamente quatro décadas em países como a Itália e a Espanha. A justificativa para esse processo é apontada por muitos estudiosos da dinâmica populacional através da associação da forte diminuição da taxa de fecundidade com a queda na taxa de mortalidade, o que faz aumentar a esperança de vida. Na Europa, a mudança desse perfil demográfico influencia também os fluxos migratórios e instaura discussões sobre o agravamento da relação de dependência.

De acordo com estudos realizados pelo IMSERSO – Instituto de Mayores y Servicios Sociales – e reflexões e matérias apresentados por Jiménez (1991) e González (2005), os dados da relação de dependência revelam fortes impactos do aumento da população de velhos nas atividades econômicas e em temas sociais, como por exemplo os fundos de pensão, o sistema previdenciário e o mercado de emprego.

Os estudos sobre a distribuição e localização do envelhecimento também apresentam quatro outras questões importantes.

A primeira questão diz respeito a um perfil urbano do envelhecimento, marcado principalmente pelo esvaziamento das pequenas cidades e uma alta taxa de migração. O envelhecimento no Brasil é majoritariamente concentrado em áreas urbanas, no entanto os fluxos migratórios não são tão intensos como na Europa, em geral os velhos brasileiros têm

uma relação de proximidade com a terra natal e com o lugar em que estão vinculados, a migração se deu na juventude, na velhice há muito mais permanências que mobilidades, excetuando-se para uma parcela mais abastada do grupo de velhos que podem realizar a atividade do turismo, há muitos pacotes turísticos destinados para os velhos, ou como eles inventaram chamar: “a terceira idade”.

A segunda questão, que em alguns aspectos contempla a primeira, diz respeito a regionalização desigual do envelhecimento e os desequilíbrios territoriais em escala municipal, por exemplo. González (2005, p. 110) indica que “el proceso de envejecimiento tiene unas características específicas y una distribución espacial desigual y que sus efectos no deseados se aprecian en la inadecuación de los servicios sociales y sanitarios a las necesidades de los mayores”. As desigualdades são aferidas através de variáveis relacionadas às pesquisas censitárias, como por exemplo, o sexo, estado civil, nível de escolaridade, renda, condições de moradia, etc.

A terceira questão é apresentada a partir de estudos geográficos de tipo “trans-sectorial”, os estudos realizados sob esta perspectiva relacionam os dados do envelhecimento com outros fenômenos. Para ilustrar esse tipo de estudo González (2005) apresenta trabalhos que localizam atividades econômicas em certo grau de obsolescência. Em geral, estas áreas apresentam trabalhadores muito envelhecidos, vinculados a funções mais tradicionais, que coincidem com os mais altos índices de conservadorismo político. Quanto mais velhas são as pessoas empregadas em profissões tradicionais, que correspondem a um grau alto de obsolescência, maior é a força do conservadorismo. Estes ambientes contêm um alto padrão de cristalização das condições e posicionamentos sociais, geralmente são contextos associados à baixa representatividade política, o que reflete uma força social menos intensa, ocasionando contextos generalizados de obsolescência, atingindo os serviços públicos (transporte, centros de ensino, saúde, rede de transportes, etc.) e criando baixos padrões de qualidade de vida.

Formam-se, do ponto de vista sócio-espacial, contextos obsoletos, estas condições de grande precariedade, baixo padrão intelectual e estruturas altamente conservadoras e pouco flexíveis expulsa a possível força de trabalho jovem e reforça o contexto de envelhecimento (em sentido pejorativo), como se fosse uma espécie de ciclo com relações e fenômenos interconectados que reproduzem um modo de vida filiado a características de alta obsolescência, o que não é o mesmo que contextos de envelhecimento.

A quarta questão está relacionada ao envelhecimento dos espaços urbanos. A concentração de um quantitativo populacional envelhecido nas áreas centrais das cidades,

como é o caso de alguns fragmentos de bairro da cidade do Recife, exige um esforço por empreender análises e reflexões construídas a partir de uma lógica dialética que possibilite entender as particularidades do envelhecimento em ambientes urbanos, evitando as observações simples e a reprodução de preconceitos e estigmas construídos à luz de um pensamento homogeneizador.

3.1.2 Estudos da migração da população envelhecida

Os estudos sobre a migração são considerados clássicos no estudo da população. O fenômeno da migração tem influência direta e maior entre as parcelas mais jovens da sociedade, que, em tese, são motivados a procurar outros lugares de moradia em busca de melhores condições de vida (estudo, trabalho, fuga de contextos de violência e opressão).

Com base em alguns estudos: Rogers e Castro (1981); Jimenéz (1991); Zarza (1998); González (2005); Campos e Barbieri (2013), os movimentos migratórios têm que considerar questões relacionadas ao ciclo de vida, uma vez que as transições ocorridas ao longo das várias etapas da existência interferem diretamente na forma e no tipo da migração. De acordo com Campos e Barbieri (2013, p. 70), “isso decorre da variação das necessidades de localização domiciliar para cada etapa da vida da pessoa. As teorias de ciclo de vida assumem, então, papel central na explicação da ocorrência da migração em torno de idades específicas”. Os velhos assumem uma forma particular de movimento migratório, por isso não podem ser entendidos com os mesmos métodos e ferramentas adotados para analisar os movimentos migratórios dos jovens.

Em geral as atividades migratórias estão associadas à presença de velhos migrantes que saem de regiões frias em busca de regiões mais quentes (na Europa, há um movimento de velhos que saem da Inglaterra e da Alemanha para viver em cidades localizadas na zona costeira de Portugal, Espanha ou da Itália). Quer seja para se aproximar dos familiares, quer seja para fugir de condições adversas do lugar de origem, é-nos claro que o movimento migratório das pessoas mais velhas está diretamente relacionado com a busca por melhores condições de qualidade de vida. Em alguns contextos, o processo de migração na velhice está associado a uma estratégia de vida, a um plano de aposentadoria, algo desenvolvido a longo prazo.

Dentre os principais estímulos para a migração de idosos destacam-se [...] a aposentadoria e as questões relacionadas à saúde e à estrutura familiar [...]. Há trabalhos que dão destaque a aspectos como vontade de residir em locais que apresentam “amenidades”, como clima agradável, baixa criminalidade e menor custo

de vida [...], além de outros que lidam especificamente com a relação entre migração de idosos e a aposentadoria [...], a incapacidade [...] e o papel dos arranjos domiciliares nestas migrações (CAMPOS, 2012, p. 4).

É importante salientar que os fatores que influenciam a atividade de migração dos mais velhos são difíceis de precisar, principalmente porque em muitos dos relatos é percebido que a motivação para a migração parte de questões familiares ou por mudanças nas rotinas pré-estabelecidas durante a vida adulta.

Os grupos populacionais com um poder aquisitivo diferenciado, em geral, a despeito da rede familiar espalhada por outros lugares, acabam por realizar a atividade migratória para lugares de maior condição de acessibilidade e com atrativos ambientais. Em contraposição, os grupos das pessoas mais velhas com dificuldade econômica acabam sendo obrigados a permanecer nos espaços urbanos periféricos e obsoletos, ou retornam para as zonas rurais, geralmente seus lugares de origem. Esse movimento populacional de retorno para a terra de origem, pode, no caso da migração dos velhos, ocasionar o fenômeno de envelhecimento populacional do local de origem. Neste contexto, destaca-se que as demandas sobre os serviços públicos, de seguridade e atenção primária não estão prontos para receber essa nova demanda e em alguns casos pode levar ao colapso do funcionamento.

O movimento migratório de retorno ao lugar de origem tem um dos seus fundamentos baseados nas redes sociais estabelecidas pelos velhos. Uma vez que o retorno ao lugar de origem não tem, necessariamente, a ver com a família, mas com as relações e com os laços de amizade, as redes de solidariedade e compartilhamento de emoções, sentimentos, amizades, etc.

Os contatos dos migrantes no local de destino desempenham um papel fundamental da propensão migratória, tanto no nível individual, quanto domiciliar. As redes sociais provêm informações que reduzem o risco da migração. São uma espécie de capital “intangível” (capital social) que os indivíduos/domicílios possuem (TAYLOR, 1986) e que reduzem os riscos da migração. No caso dos idosos IKKINK e Van TILBURG (1999) destacam que, à medida que a idade avança, estas redes sociais são constituída de pessoas cada vez mais próximas, como parentes, amigos e vizinhos, que influenciam a decisão de migrar e da escolha do local de destino (CAMPOS, 2012, p. 9).

Em artigo publicado no *Journal of Gerontology*, Cuba e Logino (1991), apresentam as causas gerais que motivam as atividades migratórias por parte dos mais velhos, ressaltam-se os fatores socioeconômicos e geográficos que se vinculam aos estilos de vida (pessoal, familiar e social). Por conseguinte, há uma espécie de comportamento geral que se repete em quase todos os velhos, ou seja, a maioria viaja com o(a) parceiro(a). Por isso são, em geral, casados; buscam proximidade com os familiares; buscam por padrão de vida e custos básicos

semelhantes aos rendimentos da aposentadoria; e, em alguns casos, buscam áreas de climas mais amenos, geralmente lugares de clima quente e com bom tempo o ano todo, as condições climáticas estão associadas às condições de saúde.

As causas da migração dos mais velhos quase sempre estão associadas a três elementos fundamentais: aposentadoria; saúde; e estrutura familiar.

3.2 Os estudos geográficos das condições dos velhos e sua relação com o meio.

A realização da vida das pessoas na velhice passa por questões sociais, econômicas, políticas, culturais, etc. Não dá para fazer uma análise sobre o envelhecimento humano restringindo a análise a dados estatísticos ou analisando as questões desde cima e com pouca clareza dos processos cotidianos que movimentam o campo do possível-impossível da reprodução da vida dos velhos.

De acordo com as reflexões de Kocka e Staudinger (2009), a geografia do envelhecimento compõe duas dimensões fundamentais que circundam a contribuição das ciências espaciais, a primeira delas diz respeito à discussão sobre o papel das escalas espaciais e como elas interferem nas condições do envelhecimento, e a segunda dá conta de refletir sobre as possibilidades de repetições de certos padrões espaciais na definição do envelhecimento regional desigual.

As questões da geografia do envelhecimento são postas com o objetivo de revelar o sentido da relação do envelhecimento com a produção do espaço, descortinando os sentidos do estudo contextualizado da situação socioeconômica das pessoas mais velhas, relacionando-os com a promoção de políticas públicas e infraestruturas adequadas para a realização da vida. A realização destes estudos exige abordagens complexas que superem a simples averiguação dos padrões de renda e consumo. É preciso contextualizar as questões relacionadas, por exemplo, à saúde, à habitação, ao saneamento básico, à legislação, à participação social, entre outros elementos que ajudam a revelar as determinações da reprodução da vida cotidiana dos velhos em seus contextos espaciais.

Para González (2005), os estudos geográficos sobre as condições de vida dos velhos e a relação com o meio estão centrados na análise das relações entre o espaço, que integra o ser social, e as necessidades pessoais, sociais e assistenciais dos mesmos. Trata-se de estudos do comportamento espacial, do contexto ambiental e da mobilidade dos velhos.

Apesar destes estudos não serem majoritários, eles contribuem fortemente para o

aprofundamento das questões relacionadas à vida cotidiana dos velhos, em especial para a explicação de fatos e elementos geográficos que superam as abordagens cartesianas.

As primeiras tentativas para a definição de uma geografia mais contextualizada sobre o envelhecimento da população, o envelhecimento humano e o espaço geográfico ficaram mais claras a partir da segunda metade na década de 1980, ainda com trabalhos muito pontuais. A questão estava sendo metodologicamente desenhada e a partir de perspectivas integradas, como pode ser percebido no estudo de Rowles (1986), publicado na revista *Progress in Human Geography*, em que era fundamental elaborar reflexões sobre a geografia do envelhecimento, tendo como base a relação de interação que existe entre as pessoas, os lugares de realização da vida e o espaço geográfico, de forma ampla.

Do ponto de vista do método, as análises realizadas ainda não incorporaram uma perspectiva crítica baseada no método introduzido pela obra de Marx. O que estava sendo construído vai na direção de referenciais metodológicos mais próximos ao estruturalismo, ao realismo e ao humanismo, como é observado por González (2005, p. 123), “con el auge de las geografías estructuralista, realista y humanista, algunos geógrafos ponen en duda los supuestos básicos del orden social existente y reconocen los problemas sociales urbanos que se derivan de separar los âmbitos económico y social”. Esta desconfiança dá possibilidade que novas perspectivas de envergadura mais ampla pudessem rondar o ambiente acadêmico vinculado à geografia do envelhecimento, o que ajuda a trazer à análise crítica social para dentro da geografia do envelhecimento.

Outros estudos sobre a relação do envelhecimento com o espaço observam que alguns fenômenos relacionados ao processo de envelhecimento não estão diretamente vinculados ao envelhecimento demográfico, principalmente em algumas questões tratadas a partir da análise do espaço urbano e da vida nas cidades. As condições de moradia, a quantidade e a qualidade de serviços sociais e assistenciais, os serviços de saúde e a mortalidade, por exemplo, não estão obrigatoriamente relacionadas às condições demográficas das cidades, mas estão ancoradas em questões intra-urbanas, pautadas em uma inadequação, em certa medida intencional, das políticas públicas, o que comumente atribuímos à falta de planejamento, mas que na verdade é o resultado de um conjunto de elementos relacionados à reprodução do espaço, que podem ser negociados no mercado de capitais e atendem a interesses hegemônicos, estes interesses quase nunca coincidem com a necessidade social.

Os esforços por perceber novas abordagens sobre o envelhecimento, em alguns momentos, acabam por reforçar leituras metodologicamente enviesadas ou recaem na

armadilha de construir reflexões considerando a geografia das redes e dos fluxos.

Os estudos sobre os aspectos da condição de moradia dos velhos ganham potencialidade. É este universo que preocupa, ainda na década de 1970, os estudos sobre os padrões do envelhecimento entre os velhos pobres que vivem no interior das cidades que revela preocupação em entender o processo de isolamento e guetificação dos velhos pobres em fragmentos da cidade, geralmente estas áreas estão relacionadas às zonas cristalizadas da cidade, que em geral correspondem aos centros urbanos em forte processo de obsolescência, estas zonas não concentram exclusivamente os velhos pobres, nela vivem um miríade de grupos sociais subalternizados. A consequência desse comportamento é a formação de vários núcleos urbanos segregados com grande parte dos habitantes com idades maiores que 60 anos.

[há] importantes investigaciones geográficas sobre los problemas de aislamiento social y soledad de las personas ancianas en las grandes ciudades, que se agravan con la edad. [... de maneira geral,] tras la jubilación, a medida que pasan los años se va produciendo un progresivo aislamiento del anciano, motivado en buena parte por cuestiones personales y/o familiares (la salud, dependencia), y otras derivadas de la pérdida de poder adquisitivo durante la vejez. La suma de estos factores contribuyen decisivamente a fomentar el problema de la soledad de las personas mayores (GONZÁLEZ, 2005, p. 125).

No cerne destas discussões, González identificou pelo menos sete grupos de estudos que se relacionam entre si, e ajudam a entender os contextos da vida cotidiana dos velhos em relação com o espaço geográfico. 1) Estudos sobre a habitabilidade dos bairros históricos das cidades destinados às pessoas velhas; 2) Estudos sobre a saída do mundo do trabalho e a situação socioeconômica dos velhos; 3) Os estudos da mortalidade e saúde da população de velhos; 4) Estudos de consanguinidade dos velhos; 5) Os estudos sobre a diferença de gênero; 6) Estudos sobre a percepção ambiental e a afetividade em relação ao espaço; e, 7) Estudos sobre a localização e utilização dos serviços sociais e sanitários.

O primeiro grupo de estudos tenta entender, principalmente em perspectivas intra-urbanas, como se dá o exercício da vida cotidiana dos velhos, destacando a relação da moradia com o entorno vivido, particularizando elementos relacionados à acessibilidade urbana e mobilidade. Emergem também neste tipo de estudo as questões relacionadas ao isolamento social e ao estranhamento em relação ao público, bem como as questões referentes às diferenças socioeconômicas.

O segundo grupo de pesquisas relaciona a perda do poder aquisitivo com as ações das pessoas mais velhas na esfera de consumo, reforçando as separações das pessoas em níveis e estratos sociais, por conseguinte as diferenciações socioeconômicas refletem diretamente no

acesso à cidade, gerando demandas específicas sobre certos serviços em cada bairro ou para cada perfil socioeconômico.

O terceiro grupo tem uma vinculação direta com as ideias do envelhecimento saudável e envelhecimento ativo, enfatizado as condições de saúde psíquica e física. Como uma particularidade destes estudos destaco as pesquisas sobre o suicídio relacionado à velhice. Outro tema que se desdobra das pesquisas deste grupo é a reflexão sobre a mortalidade e a correlação com os padrões socioeconômicos, revelando que alguns tipos de morte têm vinculação direta com desigualdades sociais e estilo de vida.

O quarto grupo estuda a importância das relações familiares e a construção de trajetórias e identidades sociais a partir da ação familiar. Há também uma correlação entre a distância dos membros de uma mesma rede familiar e a troca de contato de informações entre eles, em muitos casos grandes distâncias geográficas acarreta em comportamentos de isolamento, o que pode levar a quadros de depressão.

O quinto grupo foca as relações de gênero e os conflitos gerados entre as particularidades do sexo. Estes estudos conseguem revelar a desigualdade social e econômica entre homens e mulheres, estas diferenças marcam apropriações diferentes do espaço público, níveis diferentes de inserção em cenário político e de representação coletiva, de acesso aos serviços sociais e a alguns programas relacionados à seguridade social. É importante destacar que os movimentos feministas têm trabalhado na tentativa de revelar as contradições da sociedade machista e misógina, em função disso há alguns estudos que apresentam a situação da mulher velha e as implicações culturais, políticas, sociais e econômicas do envelhecimento feminino.

O sexto grupo está relacionado à geografia da percepção e tem como produção geral os estudos sobre a percepção dos velhos sobre a cidade, sobre como as obras urbanas impactam a reprodução da vida cotidiana, e como os velhos percebem as transformações na cidade e as incorporam como instrumento de mediação da ação cotidiana.

O sétimo grupo tem a produção relacionada com o uso dos serviços públicos de saúde, principalmente a rede de postos de saúde e hospitais destinadas para a atenção primária e às especialidades que são mais requisitadas por essa parcela da sociedade. Os estudos deste grupo temático também refletem sobre a preocupação por entender as necessidades sociais específicas dos velhos, principalmente em relação à vida em ambientes urbanos. Estes estudos dão conta também de mostrar a relação de dependência nos vários âmbitos da vida e a dificuldade de compreensão e incorporação dos novos códigos tecnológicos.

4. Quais os caminhos que se apresentam como o futuro da análise geográfica do envelhecimento?

Propor reflexões sobre o tempo de realização das coisas é sempre um desafio que extrapola a possibilidade objetiva do trabalho humano. Mesmo sendo o tempo uma construção e uma convecção adotada para marcar a passagem dos dias, dos momentos dos dias e, no limite, da própria experiência de vida, ele só existe como uma inferência sobre a qual só conhecemos a inevitabilidade do seu trânsito e de que a nossa experiência de vida está a ele atrelada. Sobre o tempo também sabemos da sua indissociabilidade com o espaço, tempo e espaço coexistem como um par que supera a contradição e os limites internos a seus processos, e que se redefinem, um pelo outro, em momentos, instantes, materialidades, etc. Apesar de funcionarem como parâmetros da realização da vida, não existem de forma isolada, nem como dimensões absolutas.

Há sempre um desconforto para explicar ou debater sobre o tempo, esse saber sem saber que o censo comum provoca e as angustias por buscar explicar e entender aquilo que se pensa saber, mas que a reflexão revela que não se sabe aumenta as incertezas e imprecisões dos debates. A superficialidade do conhecimento só nos permite inferir sobre uma possível estrutura ou inevitabilidade do tempo durante a existência, por isso, dividimos a experiência do tempo em três grandes blocos: o passado, o presente e o futuro.

Presente, passado e futuro são definições de tempo que não podem ser mensuradas, como tal, é impossível estabelecer definições precisas, pois alguma destas dimensões se afastam no momento do agora e se perdem no cenário alucinante de reprodução da vida.

Definir o que o passado foi é um exercício complexo e exige definições de método, mais que isso, necessita todo um trabalho epistemológico necessário que exige o escrutínio de fontes, referências, ancoragens e de direcionamento sobre os sentidos do processo civilizador.

O presente, assim como o passado, se apresenta a partir de questões e elementos complexos, sobre o tempo presente há a construção de todo um aparato científico a fim de entender as pistas e os caminhos pelos quais a humanidade vai se construindo; é inevitavelmente um trabalho cujo qual todos nos desempenhamos um papel fundamental.

O futuro é o terreno mais complicado dessa divisão arbitrária com base na experiência com o tempo, o vir-a-ser aristotélico que se traduz na transformação da potência em ato, ou seja, o devir ou as virtualidades filosóficas. Por isso, escrever sobre os caminhos que se apresentam como o futuro dos estudos sobre o envelhecimento humano e sobre a geografia do envelhecimento não pode ser feito sem considerar as premissas históricas e os trabalhos

realizados no agora, apenas assim é possível desenhar um referencial preenchido de determinações que ao se realizarem poderão indicar as frentes de pesquisa e reflexões sobre o tema em questão.

É impossível estabelecer reflexões sobre as virtualidades contidas no presente sem entender os enigmas presentes na atualidade e a inegável influência do modo de produção capitalista na construção da dinâmica sócio-espacial contemporânea, o que revela desencontros graves com o projeto de humanidade do homem, criando variados conflitos entre a reprodução da vida cotidiana, a lógica e a dinâmica de produção e acumulação econômica mundial, o trabalho sobre o envelhecimento e a velhice, por estar contido na totalidade mundo em constante movimento, não pode tergiversar a essa dimensão, há uma agenda teórico-metodológica importante e clara para os trabalhos no futuro da geografia do envelhecimento.

Concordamos enfaticamente com Carlos (2015, p. 9) quando expõe que o caminho da geografia na atualidade é assumir de uma vez por todas o compromisso em “desvendar o mundo através do espaço”, mais do que simplesmente inventariar, localizar e distribuir as ações do homem no espaço é dada à geografia a tarefa de “pensar o mundo e nossa condição no mundo através da compreensão do espaço”. Por mais que divaguemos sobre os sentidos primeiros das coisas, elas só têm um sentido claro quando entendidas com base na dimensão espacial, aquela dimensão triádica em que o espaço aparece como uma realidade em produção que se apresenta como “condição, meio e produto da ação humana. (...) é através do espaço (e no espaço), que, ao longo do processo histórico, o homem produziu a si mesmo e o mundo como prática real e concreta” (CARLOS, 2015, p. 14).

Essas considerações coincidem e aprofundam as reflexões apresentadas por González (2005) quando aponta que a geografia passou por um conjunto de grandes transformações ao longo das últimas décadas, mas ainda assim há a necessidade de que os profissionais de geografia desconstruam os cenários de subvalorização a que estamos submetidos historicamente. Essa condição não diminui a importância da contribuição geográfica, mas reativa a necessidade de superar o desconhecimento sobre a contribuição geográfica na interpretação do mundo, uma vez que está atribuída a nossa condição a ajuda ao entendimento das implicações espaciais da reprodução social.

La geografía es la ciencia social que más claramente ha sufrido una metamorfosis en las últimas décadas. El desconocimiento del papel del geógrafo por parte de otros profesionales y del resto de la sociedad han marcado buena parte de esta última y

trascendental etapa. La infravalorización del trabajo de esta disciplina, a la sombra de otras ciencias sociales con más protagonismo académico y social, no han impedido que el saber geográfico vaya ocupando su justo lugar en el campo de las ciencias sociales (GONZÁLEZ, 2005, p. 137).

Como exercício presente e futuro, a geografia tem que diminuir a especialização de suas abordagens e a fragmentação do seu conteúdo, por mais que exista uma compartimentação com base em uma tradição positivista, estas áreas disciplinares da geografia têm que cada vez mais reforçar o enfoque da apreensão do tema, mas dialogar no sentido de superar uma sistematização vazia que apenas contribui para visões parciais. A crítica contemporânea tem que revelar os sentidos da construção do conhecimento geográfico cada vez mais comprometido por entender a relação dos fenômenos sociais com os fenômenos espaciais.

No se trata de declarar la guerra a la especialización, ni de aumentar el número de créditos de la licenciatura de geografía para cubrir las carencias que demandaría cada especialidad posible convirtiéndola en interminable y nada práctica. Por el contrario, la geografía debe tener un carácter universal, como carrera universitaria que es, cubriendo las necesidades básicas formativas del joven geógrafo, dándole una visión integrada del medio. Los estudios de postgrado vendrían a completar esa especialización pertinente que demande cada geógrafo que no estará enfrentada en ningún caso con la visión enriquecedora y global de la que debe hacer para la geografía (GONZÁLEZ, 2005, p. 137).

É importante, contudo, reforçar que o fazer geográfico não se restringe apenas ao ambiente acadêmico e à atividade acadêmica, neste sentido, além de entender a necessidade de combater a especialização extrema, é importante que a geografia se apresente como um meio pelo qual os conhecimentos sócio-espaciais encontrem uma aplicabilidade e ajudem a coletividade a entender os seus próprios movimentos. Por isso, muito mais importante do que legitimar a elaboração de uma geografia do envelhecimento como uma especialidade do conhecimento geográfico, é revelar a proficuidade do tema para a compreensão da totalidade, uma vez que as análises da geografia do envelhecimento sejam reflexos dos temas inerentes ao processo de reprodução da vida.

Como frente de trabalho geográfico, a geografia do envelhecimento só se sustenta como um conjunto de pesquisas, trabalhos e reflexões se entender a indissociabilidade das questões relacionais às análises espaciais e ao ambiente em que os velhos estão inseridos. Trata-se de entender a sociedade como totalidade em constante processo de transformação e totalização, precisa entender que há uma condição humana específica, a da velhice e do envelhecimento, em que as projeções geográficas da vida encontram barreiras, limitações e impossibilidades de realização nos contextos espaciais, este entendimento totalizador ajudaria a criar novas frentes de trabalho em relação aos fenômenos da velhice e do processo de envelhecimento.

Se de um lado é fundamental reconhecer a autonomia da geografia e o seu papel crítico na construção de análises espaciais que contribuam com um processo de diminuição das alienações e que ajude a recuperar a humanidade do homem, por outro lado esse trabalho não se restringe a apenas uma ciência ou a um ramo do conhecimento, esta construção tem a ver com um conjunto de posturas e orientações, em múltiplos âmbitos, que ajudem a refletir sobre uma compreensão de mundo e que postule uma questões para além dos nichos disciplinares. Sob este aspecto há que se resgatar o diálogo da geografia com as demais ciências.

A construção metodológica e os ajustes de abordagem já levam tradicionalmente a geografia a um encontro com as ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, além de fomentar o diálogo com as ciências biológicas e as ciências da saúde. No entanto, em relação a esta última as pontes e conexões ainda são bastante tímidas, como, por exemplo, o pequeno alcance dos debates sobre geografia da saúde (novas pontes precisam ser construídas). Refletindo sobre a condição de vida dos velhos e sobre o processo de envelhecimento humano, seria impossível desconsiderar o campo da gerontologia, em especial a gerontologia social. Essa aproximação é um dos caminhos necessários para pensar o futuro da geografia do envelhecimento.

5. Considerações Finais: A relação entre a geografia do envelhecimento e a gerontologia social

A expressão gerontologia social foi utilizada pela primeira vez em 1948 na ocasião do 5º Congresso Anual da Sociedade Americana de Geriatria pelo pesquisador Stieglitz. Segundo Jiménez (1991, p. 232), “Stieglitz introduce la expresión Gerontología en el año de 1948, [...], aunque ya hacía mención de este término en su obra de 1943”. Mas é apenas com os trabalhos de seguidores que este termo será popularizado.

É no contexto destes estudos que a velhice e o envelhecimento são tratados, institucionalmente, como questões sociais que têm suas derivações associadas às estruturas de organização e funcionamento da sociedade. Os desdobramentos das pesquisas sociais sobre o envelhecimento humano são potencializados pelos cenários de ampliação do número de pessoas mais velhas na sociedade, o que estimulou questionamentos sobre como eram estabelecidas as relações destes indivíduos com a família e o trabalho. O que se estava buscando era entender como a noção de bem-estar pessoal influenciava no processo de envelhecimento e na velhice, de um lado. E do outro lado, a busca era por elaborar uma

pesquisa na área em desenvolvimento, aprofundando métodos, abordagens e construções teóricas sobre o envelhecimento humano e as suas implicações sociais.

Com a preocupação por recuperar os rastros constituídos na direção da constituição de uma geografia do envelhecimento, a pesquisa de González monta uma trajetória do diálogo entre a gerontologia e a geografia. Os últimos 20 anos aparecem como fundamentais para a pesquisa sobre o envelhecimento, pegando carona nas pesquisas sobre o processo de envelhecimento demográfico e na relação destas com o aumento da procura por serviços assistenciais e programas de suporte econômico.

Jiménez (1991) ajuda a pensar sobre o papel das ciências humanas na construção das reflexões sobre o envelhecimento, revelando que mesmo fragmentada em outras ciências auxiliares, as ciências humanas compõem e compartilham um mesmo universo geral de interesse, compreensão do funcionamento da sociedade. Entretanto, as inquietações para descobrir o funcionamento das relações sociais elaboradas a partir dos velhos só foi reconhecida como problema social muito recentemente, entretanto, o reconhecimento do envelhecimento como problema científico é ainda mais recente, por isso, é importante compreender a gênese da questão do envelhecimento nas ciências a partir de um olhar interdisciplinar, pois ele emerge em contextos diferentes daqueles temas que foram institucionalizados entre os séculos XVIII e XIX.

Mesmo com o despertar de uma gerontologia social em meados do século XX, os estudos geográficos pensados em conjunto com a gerontologia social são muito raros e a ação do geógrafo, em geral, foi substituída pelo trabalho do sociólogo. Apesar das contribuições do labor sociológico levarem em consideração as espacialidades do envelhecimento, estes profissionais não são habilitados para realizar este trabalho, o que acarretou em noções e reflexões espaciais sem a correção dos conceitos geográficos.

No âmbito da construção do trabalho da gerontologia social é fundamental entender que em relação à sua gênese há dois paradoxos que contribuíram na indefinição das chaves de diálogo com outras áreas do conhecimento. O primeiro é que ela foi construída como o reflexo das ações e estudos de diversos organismos e instituições internacionais antes mesmo de ter se configurado como um ramo do conhecimento institucionalizado em instituições de ensino localizadas em países, regiões, lugares convencionais de produção. E a segunda questão paradoxal é que ela consegue definir os limites dos seus sujeitos de estudo sem mesmo existir como uma disciplina em sentido estrito, ou seja, como projeto de ciência, a gerontologia social surge antes de existir concretamente, o que traz inevitavelmente um emaranhado de lacunas e

indeterminações (JIMÉNEZ, 1991, p. 233).

O conceito de gerontologia social só começa a ser definido com mais clareza quando pesquisas começam a considerar que estes estudos consistem em entender quais são os papéis sociais estabelecidos pelos mais velhos, tendo como princípio a constituição dos seus valores culturais, as estruturas e estratégias de organização social e dos comportamentos coletivos frente a grandes mudanças nos contextos sociais. Ainda faltava, para a gerontologia social, o entendimento de que mais do que definições sobre o envelhecimento ela tinha como função básica estudar a existência das características do envelhecimento em relação aos aspectos individuais e coletivos, elaborando reflexões e pesquisas considerando os velhos como partes integrantes da sociedade entendida como uma totalidade.

O que está posto como desafio para os futuros diálogos entre a geografia do envelhecimento e a gerontologia social consiste na superação do conceito de população como parâmetro de mediação das reflexões sobre o envelhecimento. Estudar o envelhecimento populacional, em certa medida, diminui a potência dos estudos sobre as questões sociais inerentes ao envelhecimento humano. Não estou dizendo que os estudos sobre o envelhecimento da população não sejam importantes, eles têm uma contribuição bastante singular, o que está em debate é a ampliação das discussões sobre o envelhecimento e a reafirmação do lugar privilegiado da geografia para contribuir para além da descrição, da simples interpretação de dados, revelando a produção do mundo (sociedade, espaço, vida) em movimento. É fundamental que os números dessa população se transformem em histórias de vida, ganhem dramaticidade e sentido, só assim será possível contribuir com reflexões mais profundas.

O geógrafo ao estudar o envelhecimento precisa se tornar um profundo conhecedor das relações dos velhos com o espaço geográfico, ou seja, com o lugar de realização da vida cotidiana, ajudando, quando possível, na mediação de conflitos, na solução de problemas espaciais de ordem prática e na superação das fragilidades.

O campo de pesquisas e a aplicabilidade desse conhecimento é muito grande e cheio de contribuições reais que podem ajudar não apenas a entender os conflitos e as questões que emergem da vida cotidiana dos velhos, mas no encaminhamento de propostas e agendas públicas.

Os estudos sobre o envelhecimento e a velhice possibilitam entender questões de ordem física, mas também questões psicológicas e sociais, trabalhar sobre os temas centrais para a reprodução da vida dos velhos é contribuir para a promoção de uma melhor qualidade

de vida.

As disputas realizadas em ambientes urbanos podem ser tão perversas que a ajuda na solução de problemas pode livrar grupos de pessoas envelhecidas de quadros depressivos, por exemplo.

A geografia do envelhecimento já tem um caminho e um chamamento público para se desenvolver plenamente, já tem também uma parceira, a gerontologia social, só precisa ampliar a base de pesquisadores inclinados a realizar reflexões sobre o tema. Até os dias atuais as principais contribuições têm uma localização geográfica específica, o universo anglo-saxão, e um dos maiores vazios estão nas discussões dos geógrafos latinos.

Evoca-se a necessidade de construção de uma geografia brasileira do envelhecimento, principalmente porque o tema da velhice e o processo de envelhecimento têm sido entendidos como entradas muito significativas para reflexões sobre a dinâmica da sociedade brasileira, já é hora de ir além do que está sendo feito, a geografia não pode mais se negar à realizar a tarefa coletiva de contribuir sobre o tema com mais profundidade.

Referências

CAMPOS, M. B. de. *Estrutura domiciliar de migração: com quem os idosos migram?*. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2012, São Paulo, trabalhos... São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2012, p. 2-16.

CAMPOS, M. B. de; BARBIERI, A. F. *Considerações teóricas sobre a migração de idosos*. In: Revista Brasileira de Estudos da População, v.30, s. 6, Rio de Janeiro, p. 69-84, 2013.

CARLOS, A.F.A. (org). *Crise Urbana*. São Paulo: Contexto, 2015.

CUBA, L.; LOGINO, C. F. *Regional retirement migration: the case of Cape Cod*. In: Journal of Gerontology, n. 46, v. 1, Oxford, p. 533-542, 1990.

DIAS JÚNIOR, C. S.; COSTA, C. S.; LACERDA, M. A. *O envelhecimento da população brasileira: uma análise de conteúdo das páginas da REBEP*. In: Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, n.2, v.9. Rio de Janeiro, 2006.

GONZÁLEZ, D. S. *Geografía del envejecimiento y sus implicaciones en Gerontología: contribuciones geográficas a la Gerontología Ambiental y el envejecimiento de la población*. Saarbrücken: Editora Académica Española, 2011.

GONZÁLEZ, D. S. *La situación de las personas mayores en la ciudad de Granada: estudio Geográfico*. Vol. 1. Granada: Editorial da Universidade de Granada, 2005.

JIMÉNEZ, J. J. L. *En torno a una Geografía Social del envejecimiento y de las personas ancianas*. In: *Estudios Geográficos*, tomo LII, n. 203, abril-junho, 1991.

KOCKA, J.; STAUDINGER, U. M. *Altern in Deutschland*. Berlim: Deutsche Akademie der Naturforscher Leopoldina, 2009.

PÉREZ, J.; GARCÍA, A. A. *Sociedades longevas: un desafío para el siglo XXI*. In: *Lychnos* (Cuadernos de la Fundación General CSIC), n. 2, setembro, 2010.

PAIVA, S. O. C e. *Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital*. São Paulo: Cortez, 2014.

PRADO, S. D.; SAYD, J.D. *A pesquisa sobre o envelhecimento humano no Brasil: Grupos e linhas de pesquisa*. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 57-68, 2004.

ROGERS, A.; CASTRO, L. *Model migration schedules*. Research Report, n. 81-30. Luxemburg: IASA, 1981.

ROWLES, G. D. *The geography of ageing and the aged: toward an integrated perspective*. In: *Progress in Human Geography*, vol. 10, n. 4, London, p. 511-539, 1986.

ZARZA, E. G. *Geografía del envejecimiento: La 3ª edad en Castilla y León*. Salamanca: Junta de Castilla y León, 1998.

Recebido em: 13/12/2016

Aceito em: 17/02/2017